

Sumário

<i>Prefácio</i>	15
<i>Apresentação</i>	19
<i>Nota do autor</i>	21
PARTE I – PREMISSAS CONCEITUAIS	25
Introdução	27
1 Eficiência e garantismo	28
1.1. Eficiência, eficácia e efetividade	28
1.2. Garantismo	30
1.3. Processo penal justo: eficiência, eficácia e efetividade e garantismo	31
1.3.1. Relação entre eficiência, eficácia, efetividade e garantismo	31
1.3.2. Processo penal	33
2 Prova penal, eficácia e garantismo na atividade probatória	35
2.1. Prova penal	35
2.2. Prova e eficácia	38
2.3. Prova e garantismo	38
2.4. Eficácia da prova e procedimento probatório	39
3 Cooperação jurídica internacional em matéria penal	42
3.1. Noções	42
3.2. Natureza jurídica	43
3.3. Classificação da cooperação jurídica internacional	44
3.4. Fontes da cooperação jurídica internacional	46
3.4.1. Fontes no Direito internacional	47
3.4.2. Fontes no Direito brasileiro	48
3.5. Procedimentos da cooperação jurídica internacional para fins de produção de prova	51
3.5.1. Carta rogatória	51
3.5.2. Pedido de auxílio direto	54

3.6. Principais dificuldades no processamento da cooperação jurídica internacional	56
4 Considerações finais da Parte I	58
PARTE II – PADRÃO NORMATIVO UNIVERSAL, PROVA PENAL E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	59
Introdução	61
CAPÍTULO I – Padrão normativo universal: processo de harmonização dos direitos humanos	63
1 Padrão normativo: unificação e harmonização	63
1.1. Padrão normativo e tipo	63
1.2. Processo de reconhecimento do padrão normativo: unificação e harmonização	64
2 Direitos humanos: padrão normativo universal	66
2.1. Universalismo dos direitos humanos: aparente dicotomia com o multiculturalismo	67
2.2. Processo de internacionalização dos direitos humanos: afirmação dos direitos humanos como valores universais	69
2.3. Processo de constitucionalização dos direitos humanos	73
2.3.1. Constitucionalização dos direitos humanos no Direito brasileiro	75
2.3.2. Constitucionalização dos direitos humanos no Direito estrangeiro	76
3 Considerações finais do Capítulo I	79
CAPÍTULO II – Padrão normativo universal e maior eficácia da prova produzida no exterior	81
1 Diversidade entre os sistemas probatórios e a superação das eventuais incompatibilidades	81
1.1. Sistemas probatórios e sistemas processuais	82
1.2. Sistema probatório europeu-continental	84
1.3. Sistema probatório anglo-americano	86
2 Processo de internacionalização e constitucionalização da garantia do processo justo	88

3	Processo justo e prova penal: marco de garantias na atividade probatória no exterior	92
3.1.	Marco de garantias	94
3.1.1.	Direito à prova	95
3.1.1.1.	Direito à prova e participação do juiz na produção da prova no exterior	97
3.1.1.2.	Titularidade do direito à prova	98
3.1.2.	Presunção de inocência	99
3.1.3.	Contraditório	101
3.1.4.	Igualdade de armas	104
3.1.5.	Direito de defesa	105
3.1.6.	Duração razoável do processo	107
3.1.7.	Assistência gratuita de intérprete	108
3.1.8.	Respeito à vida privada, intimidade e inviolabilidade do domicílio	109
3.2.	Aplicação do marco de garantias às provas em espécie	110
3.2.1.	Prova testemunhal	110
3.2.2.	Prova documental	116
3.2.3.	Prova pericial	117
3.2.4.	Meios de obtenção de prova e restrição à intimidade e à vida privada: busca e apreensão domiciliar e interceptação telefônica	119
3.2.4.1.	Busca e apreensão domiciliar	119
3.2.4.2.	Escuta telefônica, interceptação telefônica e gravação ambiental	120
4	Segue: aplicação do marco de garantias à prova emprestada, atípica, não ritual, anômala e proibida	123
4.1.	Prova emprestada	123
4.2.	Prova atípica, prova não ritual e prova anômala	126
4.3.	Prova proibida	127
5	Considerações finais do Capítulo II	129
CAPÍTULO III – Padrão normativo universal e mais eficiência na cooperação jurídica internacional		131
1	Solução das principais dificuldades enfrentadas no processamento da cooperação jurídica internacional	131

1.1.	Nova configuração da soberania nacional	131
1.2.	Nova configuração da ordem pública nacional	135
1.3.	Conclusão	139
2	Confiança mútua como princípio orientador da cooperação entre os Estados	140
2.1.	Noção de confiança segundo Luhman	141
2.2.	Tolerância: pressuposto para a construção da confiança	142
2.3.	Confiança como princípio jurídico: sentido e alcance	144
2.3.1.	Origem do princípio da confiança	146
2.3.2.	Fundamento constitucional do princípio jurídico da confiança	148
2.4.	Princípio jurídico da confiança e cooperação jurídica internacional em matéria penal	150
3	Fatores de eficiência da cooperação jurídica internacional em matéria penal: aplicação do princípio da confiança	151
3.1.	Definição do direito aplicável: lei do Estado do processo ou lei do Estado requerido	153
3.2.	Excepcionalidade da exigência de dupla incriminação	154
3.3.	Especialidade na destinação do ato praticado	155
3.4.	Procedimentos da cooperação jurídica internacional em matéria penal: novas formas de comunicação e atuação	157
3.4.1.	Novas formas de atuação na carta rogatória e no pedido de auxílio direto: rogatória participativa; produção direta da prova; videoconferência	158
3.4.2.	Comunicação direta	161
3.4.2.1.	Comunicação direta entre autoridades não judiciais	162
3.4.2.2.	Comunicação direta entre autoridades judiciais	163
3.4.3.	Comunicação espontânea	164
3.5.	Existência de acordo bilateral ou de tratado multilateral: consentimento do Estado requerido e a desnecessidade da promessa de reciprocidade	164
4	Considerações finais da Parte II	168

PARTE III – SISTEMATIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL NO DIREITO BRASILEIRO: PROPOSTA DE <i>LEGE FERENDA</i>	169
Introdução.	171
CAPÍTULO I – Modelos normativos de cooperação jurídica internacional em matéria penal: influência do padrão normativo universal dos direitos humanos	173
1 Modelo da União Europeia	173
1.1. Princípio do reconhecimento mútuo e direitos humanos	173
1.2. Aplicação do princípio do reconhecimento mútuo: alcance e parâmetros	174
1.3. Marco de garantias processuais	176
1.4. Mandado de produção de prova europeu	176
2 Modelo da Organização das Nações Unidas	178
3 Mercosul: Protocolo de Assistência Jurídica em Matéria Penal.	180
4 Código Modelo de Cooperação Interjurisdicional para a Ibero-América	183
5 Considerações finais do Capítulo I	185
CAPÍTULO II – Proposta <i>de lege ferenda</i>	187
1 Da ausência de sistematização	187
2 Proposta de emenda à Constituição Federal	188
3 Proposta de lei infraconstitucional: ideias centrais	189
4 Considerações finais da Parte III	196
<i>Conclusão</i>	197
<i>Posfácio</i>	201
<i>Referências</i>	203